

AS TRANSFORMAÇÕES CAMPO-CIDADE FRENTE À MOBILIDADE DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DE BELO CAMPO/BA

Silmara Oliveira Moreira

<https://orcid.org/0000-0001-9961-7868>
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: moreira.sillmara@gmail.com

Eliane Pereira Almeida Vale

<https://orcid.org/0000-0002-8836-9026>
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: eliane.pav@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7011

Resumo

A relação campo-cidade regida por uma efervescente difusão da indústria, e consequentemente, de um processo fragmentador/segregador socioespacial, é marcada pela intensa mobilidade do trabalho. Trata-se de um movimento integrante a um reordenamento econômico de escala global, o qual atribui-se função e funcionalidade a diferentes territórios e lugares, e transforma a sociabilidade entre esses e os sujeitos. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é suscitar o debate acerca do contexto histórico da construção desse “antagonismo” entre campo-cidade, no que concerne às suas peculiaridades socioeconômicas, e fazer uma leitura de como esse processo se apresenta no século XXI frente à mobilidade do trabalho e a reestruturação produtiva do capital. Para subsidiar tal discussão foi realizada pesquisa bibliográfica no intuito de abarcar um arcabouço teórico que validasse a abordagem da temática. Já os dados apresentados no texto são oriundos do trabalho final de dissertação de Moreira (2018) que analisou, dentre outros aspectos, o envolvimento de homens e mulheres, em diferentes faixas etárias, no processo da mobilidade do trabalho, no município de Belo Campo, Bahia, Brasil.

Palavras-chave: Precarização; Reestruturação Produtiva; Antagonismo

THE TRANSFORMATIONS IN THE RURAL AREAS AND IN THE CITIES FACING THE MOBILITY OF LABOUR: AN ANALYSIS FROM THE REALITY OF BELO CAMPO/BA

Abstract

The relationship between rural areas and city is governed by an effervescent diffusion of the industry, and consequently, of a fragmenting/socio-spatial insurer process, is marked by intense labor mobility. It is a movement that integrates an economic reordering of global scale, which assigns function and functionality to different territories and places, and transforms the sociability between these and the subjects. Thus, the objective of the present work is to raise the debate about the historical context of the construction of this "antagonism" between the city and rural areas, regarding its socioeconomic peculiarities, and make a reading of how this process presents itself in the 21st century facing the mobility of labor and the productive restructuring of capital. In order to support this discussion, a literature search was

conducted in order to cover a theoretical framework that validated the approach to the theme. The data presented in the text come from the final dissertation of Moreira (2018) that analyzed, among other aspects, the involvement of men and women, in different age groups, in the process of labor mobility, in Belo Campo, Bahia, Brazil.

Key words: Precarization; Productive Restructuring; Antagonism.

EL CAMBIO DEL CAMPO E DE LA CIUDAD FRENTE A LA MOVILIDAD LABORAL: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LA REALIDAD DE BELO CAMPO/ BA

Resumen

La relación campo-ciudad, que se regirá por la efervescencia de la difusión de la industria y, por lo tanto, de un proceso de fragmentador/segregador socioespacial, está marcada por una intensa movilidad del puesto de trabajo. Se Trata de un mecanismo integral de un reordenamiento económico mundial, en el cual se le asigna la función y la funcionalidad de los distintos territorios y lugares, y se convierte en la facilidad de uso y entre éstos y los sujetos. Por lo tanto, el objetivo del presente trabajo es plantear el debate acerca de los antecedentes históricos de la construcción de ese "antagonismo", entre lo urbano y lo rural, en lo que se refiere a las peculiaridades socio-económicas, y de hacer que la lectura de este procedimiento se presenta en el siglo XXI, frente a la movilidad del trabajo y de la reestructuración productiva del capital. Para financiar dicha discusión se ha realizado la investigación bibliográfica, con el fin de abarcar un marco teórico en el que validasse el abordaje de la temática. Los datos que aparecen en el texto provienen de lo trabajo final de tesis de maestría de Moreira (2018), que ha analizado, entre otros aspectos, la participación de los hombres y de las mujeres en los diferentes grupos de edad, en el proceso de la movilidad en el trabajo, en el municipio de Belo Campo, estado de Bahía, en Brasil.

Palabras clave: Precarización; Reestructuración Productiva; Antagonismo.

Introdução

Ousar entender a relação campo-cidade, é permitir-se adentrar nos meandros das interpretações difundidas sobre sua gênese. Comumente na Geografia, a discussão acerca desse assunto apresenta uma relação antagônica, que se apresenta como complementaridade e/ou pautada nas diferenciações desses espaços. O que se percebe é que os intelectuais da Geografia, ainda, no século XXI, estão no caminho do desvendamento das nuances acerca dessa imbricada relação na construção, destruição, e reconstrução do espaço em todas essas dimensões.

O processo histórico de consolidação do entendimento atual sobre campo e cidade, é o que permite-nos compreender as formatações sociais e a difusão ideológica caracterizadora do que significa essas dimensões espaciais de reprodução da vida. Rotta (1997) ao tratar dessa temática elabora uma discussão com o foco na importância de se ter a consciência de que a realidade concreta a qual se insere todos os sujeitos sociais, não se

trata de um processo dado, e/ou naturalizado, mas se refere a um processo construído, paulatinamente, sob o viés ideológico inerente à própria evolução humana, e correspondente aos intuítos de uma classe que exerce o domínio das decisões e situações, geralmente, uma sobreposição de interesses.

A partir desse entendimento que é possível maturar como o ser humano consolida ao longo da sua jornada evolutiva, e nos diferentes modos de produção, o conceito de antagonismo entre campo-cidade, até a atualidade existente. No Brasil, por exemplo, especificamente desde a segunda metade do século XX, na efervescência do processo de industrialização, oriunda de um reordenamento da economia mundial, a relação campo-cidade foi, e ainda é marcada pela forte mobilidade do trabalho que se caracteriza pelo intenso deslocamento de trabalhadores por todo o território, num movimento que se configura como um incessante ir e vir em busca de “oportunidades” e garantia de sobrevivência dos sujeitos. Esse processo se revela como uma das expressões da plasticidade do trabalho, marcada pela adequação dos sujeitos à demanda do mercado na busca por um espaço com condições mínimas de reprodução da vida.

A mobilidade do trabalho, diante do processo de reestruturação produtiva do capital apresenta-se como um processo com novas nuances que traz profundas transformações nos espaços de realização da vida e na configuração dos espaços urbanos e rurais. Por isso, deve ser compreendida como um processo que está para além do deslocamento de pessoas pelo território dadas às condições econômicas, mas que precisa ser analisado na concretude do contexto de expropriação da classe trabalhadora dos meios de produção e a partir da transformação da força de trabalho em mercadoria.

De acordo com as proposições de Santos (2006) os deslocamentos de pessoas pelo território não decorrem de uma simples vontade do trabalhador, ainda que essa possa ocorrer, mas, o que determina o aumento desses deslocamentos é a dinâmica do mercado de trabalho. Esse, por conseguinte, apresenta condições cada vez mais distintas para os trabalhadores e molda os sujeitos às condições postas. Ao trabalhador, portanto, não lhe resta alternativa e este é levado incessantemente a adaptar-se a essas condições impostas pelo mercado.

Diante do exposto, objetiva-se realizar neste artigo um debate sobre o contexto histórico de construção ideológica do antagonismo entre campo-cidade e fazer uma leitura de como esse processo se apresenta no século XXI frente à mobilidade do trabalho e a

reestruturação produtiva do capital tendo como recorte empírico a realidade de comunidades urbanas e rurais do município de Belo Campo na Bahia.

Dentre os procedimentos realizados para construção deste trabalho fez-se a pesquisa bibliográfica definida por Severino (2007) como aquela que se realiza com base em registros disponíveis, oriunda de investigações anteriores, e apresenta contribuições de autores que já se debruçaram sobre determinada temática. Para tanto, os referenciais consultados servirão de base para as análises que por ora serão apresentadas nas discussões a seguir.

Os dados que serão apresentados foram coletados para a composição do trabalho final de dissertação de Moreira (2018) e foram obtidos através da pesquisa de campo, que consiste naquela a qual o objeto/fonte é abordado em seu ambiente próprio, sem qualquer manuseio, e a coleta dos dados é concretizada no ambiente em que os fenômenos incidem (SEVERINO, 2007). Sendo assim, foram feitas entrevistas semiestruturadas com amostragem selecionada e questionários com vista a englobar homens e mulheres, em diferentes faixas etárias, que saíram para trabalhar em outras regiões e/ou municípios nos últimos cinco anos e que permaneceram pelo período igual ou superior a um mês.

A pesquisa considerou os sujeitos que se deslocaram em caráter sazonal dentro do recorte temporal entre 2012 e 2018. Para isso, elegeu-se para a aplicação de questionários e entrevistas trabalhadores das comunidades rurais de Marimbondo e Sussuarana e na área urbana os bairros Cidade Nova e Alvorada. É importante salientar que os questionários constaram com perguntas objetivas e subjetivas. Com a intenção de qualificar os dados do questionário, as perguntas subjetivas foram gravadas.

A opção pela pesquisa qualitativa justifica-se por possibilitar uma leitura para além da concretude materializada nos espaços, que, segundo Minayo (2002, p.21-22) “[...] trabalha com o universo de significados, [...], o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]”. Por isso, a escolha por essa modalidade investigativa visa em não comprometer a interpretação do cerne da problemática no espaço socialmente construído com base em relações adversas, contraditórias, mas também complementares.

O uso de entrevistas semiestruturadas, caracterizadas por Minayo (2002) pela articulação entre a entrevista estruturada e a não estruturada contribuíram para analisar, dentre outros aspectos, as relações de trabalho existentes no município de Belo Campo.

Cabe ressaltar que também fizeram parte da pesquisa de campo as observações feitas durante a aplicação de entrevistas para compor o texto, substanciados pelo uso de uma caderneta de campo. As observações foram feitas de maneira participante durante a ida às comunidades para a realização das entrevistas e teve como objetivo tomar nota das impressões da realidade e da vida dos trabalhadores.

Campo-Cidade enquanto unidade dialética.

Uma análise positivista do campo e da cidade na qual se desconsidere essas duas instâncias enquanto espaços de reprodução social dos sujeitos, pode não contribuir para uma densidade analítica de sua correlação, o que pode direcionar a equívocos sobre o real. Entende-se que, Campo-cidade e/ou Cidade-campo são partes de uma totalidade social, não de maneira cartesiana, mas cada qual com suas inerentes especificidades e complexidades. Por isso, a relevância de compreender quando e porque a consolidação de uma ruptura socioespacial ideologicamente difundida, mas concretamente equivocada.

Para contribuir com o entendimento é que se utiliza o escrito de Rotta (1997), que amparado nas leituras de “O Capital” de Marx, explana sobre a configuração da sociedade primitiva e sua reprodução social. Essa sociedade, segundo o autor, se reproduzia em um espaço ruralizado de processos produtivos com destino definido e racionalizado, sob a égide da possibilidade da existência. O que significa dizer, que se tratava de uma sociedade onde a importância produtiva pautava-se na manutenção da vida, e, mesmo em regime de sujeição, era eminentemente de subsistência, de valor de uso. Não havia uma abundância de produção para se ter excedente.

Essa formatação social da relação dos sujeitos com os meios naturais disponíveis foi denominada por Rotta (1997) de “economia natural”. A intermediação dessa relação se dá pelo trabalho, que é a condição ontológica do ser, e fundamento universal na apropriação da natureza. Nas relações sociais, econômicas e culturais consolidadas no modo de produção capitalista, por exemplo, o trabalho enquanto condição ontológica, é substituído por outra lógica de reprodução social, a lógica do mercado.

Ainda dentro do debate marxista, “trabalho significa intercâmbio orgânico entre o Homem e a natureza” (ALVES, 2007, p.71). Para Alves, o homem, em função de suas necessidades vitais adquiriu a capacidade de modificar, através do trabalho, a matéria e transformá-la em segunda natureza. Entretanto, essa troca entre homem e natureza se

tornou possível através do intermédio de três fatores: os objetos de trabalho, a dominação da técnica e a interação social. É, através dos objetos, ferramentas de trabalho, da dominação da técnica, do conhecimento adquirido acerca da produção de materiais, da cooperação social e da experiência em sociedade que o homem transforma a natureza e produz as condições de sua existência.

Engels (1984) também elucida que, quando novos elementos foram inseridos ao cotidiano das antigas comunidades primitivas, como foi o caso das trocas de excedentes da produção e também de animais, gradativamente esse movimento culminou na determinação dos valores das coisas – valor mercadológico. Isso quando, o ato de produzir para existir foi subsumido pela necessidade da troca. A troca de produtos foi, historicamente, a precursora do comércio e, conseqüentemente, do comerciante (pequena burguesia) – aquele que nada produz, mas intermedeia às trocas, um “elo” entre produtores e compradores. O dinheiro surge, novas necessidades são criadas, e os produtores vão se distanciando de suas raízes gentílicas - da produção para subsistência.

[...] O surgimento da propriedade privada dos rebanhos e dos objetos de luxo trouxe o comércio individual e a transformação dos produtos em mercadorias [...]. Quando os produtores deixaram de consumir diretamente seus produtos, desfazendo-se deles pelo comércio, deixaram de ser donos dos mesmos (ENGELS, 1984, p. 121).

O trabalho, diante das relações capitalistas de produção, tornou-se estranhado com mera busca de valor e, portanto, ele perde a sua condição ontológica, exterminado da relação homem-natureza é subvertido e torna-se trabalho abstrato (ALVES, 2007). O trabalho enquanto realização da vida não interessa à modernidade, pois interessa ao modo de produção em vigência o valor gerado pelo trabalho.

As novas práticas sociais e econômicas ocorrem imbricadas na separação campo-cidade, cada qual exercendo uma função no capitalismo mercantil, onde a cidade emerge enquanto o *locus* do negócio, da compra, venda e circulação das mercadorias. O campo é transformado no ideário como espaço secundarizado, embora considerado o espaço da produção, frente ao frenesi da vida urbana.

Rotta (1997, p. 465-466) explicita ainda sobre a “especialização espacial e produção de mercadoria”, e deixa claro como as cidades se ascendem em detrimento do campo. As cidades passam a ser consideradas espaço de circulação de mercadorias, e também de produção. A produção de outrora era atribuída ao campo, e nesse novo contexto histórico e social, ao campo se destina a produção agrícola, e quaisquer outra que

se vincule ao trato com a terra, ou as denominadas “atividades tradicionais”. Trata-se da divisão social e espacial do trabalho.

Ainda nessa perspectiva, Lefebvre (2008) aclara sobre essa aparente sobreposição/dicotomia intensificada a partir do século XX, refere-se ao movimento inerente ao modo de produção emergente.

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.) (LEFEBVRE, 2008, p. 74).

O referido autor levanta a hipótese da urbanização completa da sociedade e traz como argumento o fato de a produção agrícola ter perdido sua autonomia nos países industriais, bem como sua transformação em um setor da produção industrial. Para tanto, “*O tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”. Ainda de acordo com o mesmo, essas palavras, “*o tecido urbano*”, não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 1999, p. 15, grifos do autor). As relações urbanas penetram no campo e transformam o conteúdo das relações nele estabelecidas.

A realidade social que começa a se compor diante do intenso processo de urbanização tem um tecido urbano caracterizado por um “modo de viver” que ultrapassa os limites da cidade. Nas palavras do autor: [...] “trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

Esse modo de vida designado por Lefebvre como sociedade urbana, que deve, portanto, ser entendida como fruto da urbanização, mas que ainda está em formação, ou seja, [...] “não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver” (LEFEBVRE, 2008, p. 81). A sociedade que nasce da industrialização, a sociedade urbana contém em si um conteúdo próprio, o modo de vida urbano que não se limita ao espaço da cidade, mas que se espalha pelo território transformando o conteúdo das relações, adentra nos modos de vida e transforma o espaço das cidades e do campo.

Percebe-se, também, um espaço urbano aglutinador de diferentes setores produtivos, o que permite inferir que se trata de um espaço onde há uma movimentação/circulação latente de mercadorias, pessoas, dinheiro, técnica; onde a política se desdobra, os acordos se firmam, a industrialização se desenvolve, e a vida moderna se consolida.

Nessa conjuntura de desdobramentos processuais de uma nova perspectiva das relações humanas, e essas relações imbricadas há uma reestruturação produtiva, é que se apresenta uma nova organização social, a qual tem-se no campo e na cidade a precarização das condições laborais dos trabalhadores, durante a venda da sua força de trabalho. O trabalho ontológico torna-se trabalho assalariado, vinculado à dinâmica capitalista de apropriação daquilo que é imaterial, mas que garante a materialidade para a existência dos sujeitos.

As relações campo-cidade no século XXI: Mobilidade do trabalho e reestruturação produtiva do capital.

Conicionados aos preceitos do capitalista, a classe trabalhadora, do campo e da cidade, se vê obrigada a vender sua força de trabalho em troca do salário. O trabalho regular no contexto de reestruturação produtiva do capital começou a perder espaço para o trabalho em tempo parcial e subcontratado, conforme afirma Harvey (2013). Os postos de trabalho não oferecem estabilidade, pelo contrário, o mercado se tornou flexível e cresce gradualmente a demanda de trabalhadores também flexíveis que sejam capazes de ofertar sua mercadoria força de trabalho em espaços diferentes e de executar diversas funções.

Nesse ínterim os trabalhadores se adequam às mais diversas relações de trabalho em atividades cada vez mais precarizadas, e às diversas formas de precarização. Seja pela renda obtida, pela extensa carga horária exercida, a não garantia de direitos ou pelas condições de trabalho, conforme aponta Moreira (2018). Essas formas de precarização, portanto, se acentuam quando os sujeitos estão inseridos no processo da mobilidade.

Os dados obtidos em pesquisa realizada nas comunidades rurais (Marimbondo e Sussuarana) e na área urbana (bairros Alvorada e Cidade Nova) de Belo Campo revelam que a não existência de renda para os trabalhadores no município é fator determinante para que os mesmos se desloquem pelo território para vender sua força de trabalho. Constatou-

se que 40% dos trabalhadores entrevistados tinham renda familiar mensal de até ½ salário mínimo e para outros 40% essa renda compreendia entre 1 e 2 salários.

Além disso, há uma reprodução constante que atravessa gerações, ao longo dos anos, da condição de força de trabalho mobilizada e essa condição é essencial para que se amplie a acumulação capitalista e para a sua manutenção, pois reduz os custos da força de trabalho e a mantém controlada. Um trabalhador entrevistado relatou que começou a se deslocar para trabalhar em outros municípios quando tinha apenas 12 anos para ajudar o pai a criar os irmãos e hoje com 49 anos continua indo para manter a sua família.

Relatos de uma vida inteira marcada pela mobilidade são corriqueiros em comunidades rurais do município de Belo Campo, na Bahia, sendo eles deslocamentos temporários e marcados por uma diversidade nas atividades laborais. Muitos trabalhadores não conseguem mensurar quantas vezes ao longo de suas vidas precisaram sair para trabalhar em outros municípios.

Oliveira (2008) denomina essas estratégias de sobrevivência do camponês de trabalho acessório, sendo o termo empregado para os trabalhos periódicos desenvolvidos pelos indivíduos para suplementação da renda obtida na propriedade. Compreende-se esse processo à luz das ideias propostas por Thomaz Jr. (2006) como a plasticidade do trabalho que pode ser entendida:

como um processo em que a classe trabalhadora é obrigada a se adaptar às condições impostas pelo mercado (leia-se os capitalistas), não só com relação a ocupação de diferentes postos de trabalho, mas a condições e relações de trabalho que degradam suas vidas, coisificam a sua humanidade e elevam ao mais alto grau a exploração da sua força de trabalho (MOREIRA, 2018, p.135).

Esse processo apresenta-se como resultado das mudanças na forma de organização do trabalho frente à reestruturação produtiva e está intrinsecamente ligada à mobilidade que traz à tona as faces da precariedade nas condições de vida dos trabalhadores, bem como nas relações de trabalho que se estabelecem. Os sujeitos inseridos na mobilidade e plasticidade do trabalho têm como condicionantes a negação da reprodução da vida que os impele a se colocarem nesse movimento constante.

As relações de trabalho dentro e fora do município de Belo Campo, conforme aponta pesquisa, se mostram precarizadas, seja pelo baixo valor pago pelas atividades desempenhadas pelos trabalhadores da área urbana e as extensas jornadas de trabalho ou pelas condições de trabalho que esses sujeitos enfrentam quando se deslocam para outras

regiões e/ou municípios para vender sua força de trabalho. Nas comunidades rurais essa precarização se revela via expropriação e expulsão dos trabalhadores que ocorre pela falta de terra, água e insumos para produção. É importante lembrar que a realidade encontrada em Belo Campo está relacionada a um amplo processo de reestruturação do capital que espolia a classe trabalhadora incessantemente (MOREIRA; SANTOS, 2018).

A mobilidade é, portanto, resultado da expropriação de trabalhadores para assim transformá-los em mercadoria e essa expropriação é condição para a permanência do capitalismo, conforme propõe Alves (2007). Essa realidade é muito clara no campo. Refere-se aqui especificamente ao município de Belo Campo e às comunidades onde foram realizadas pesquisas, mas que não se difere da realidade do restante dos municípios brasileiros.

Nas comunidades rurais de Marimbondo e Sussuarana as propriedades camponesas são pequenas, resultado de uma forte concentração fundiária inerente ao território brasileiro. Normalmente, os pais que possuem um pedaço de terra a divide com os seus filhos que constituíram família e ao dividir a terra se torna insuficiente para que a família toda trabalhe e dela retire o seu sustento, o que faz os camponeses serem impelidos a procurar trabalho em outros municípios.

Assim, da forma como o espaço do campo é produzido, pautado em investimentos prioritários para os grandes latifundiários e a existência de poucas e/ou ineficientes políticas públicas que beneficiem os camponeses, este não oferece perspectiva para os jovens, nem condições de reprodução das suas condições de vida. Logo, deslocar-se das suas comunidades é a única alternativa para se reproduzir enquanto ser, de garantir sua sobrevivência e as suas condições objetivas de existência. Além disso, é marcado pelo discurso da modernização que acentua a expulsão do povo camponês.

Ao retratarmos a realidade brasileira a partir de 1950, no que tange a industrialização, como elucida Souza (2010), pode-se compreender que, o que ocorreu foi um processo que alude a um condicionamento condicionante, imbricado ao desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, na objetivação de produção e reprodução do capital (lucro). Para tanto,

A indústria se espalha em direção ao campo, a partir dos complexos agroindustriais, onde a produção já sai do campo manufaturada, com destino às grandes cidades e a exportação. O modelo de desenvolvimento implementado no campo ocorre com a difusão de equipamentos, adubos e defensivos químicos, utilizados sem o menor

controle, muitas vezes, inadequados à nossa realidade climática, ao tipo de solo, ocasionando a destruição de vários ecossistemas. Verifica-se a ascensão do paradigma do agronegócio (SOUZA, 2010, p.201).

Nota-se, portanto, que a apreensão da relação campo-cidade também é ideológica, e no modo de produção capitalista é funcional. Nessa perspectiva Oliveira (2004) denomina essa relação supracitada como “unidade dialética” perante o contraditório e desigual desenvolvimento no campo sob o viés da indústria. O campo e a cidade antes distintamente separados, em um dado momento configuram uma nova organização social pautada na divisão social e espacial do trabalho, tornam-se imbricados de tal forma que amplia e aprofunda a complexidade acerca de sua conceituação.

O que ocorreu no Brasil na segunda metade do século XX, com a expansão e consolidação das indústrias por meio de instrumentos estatais, como foi o caso da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a revolução verde com a mecanização do campo, é um claro exemplo de como o campo se insere na lógica do capital mundial, e, intrinsecamente, o lugar que ocupa na nova configuração das forças produtivas, perdendo nesse processo de sujeição suas características essenciais, no que tange ao seu modo de viver.

Para Oliveira (2004) a relação tríade entre capitalistas da indústria - proprietários de terra - capitalistas da agricultura, é um dos exemplos de contradição diante da relação campo-cidade, bem como da relação intrínseca nesse processo que é o da relação sociedade x natureza. A tríade supracitada quebra o limite imaginário que separa a cidade do campo e vice-versa, pois nessa relação também há latente o uso da força de trabalho assalariado de trabalhadores da cidade.

Trata-se do que o autor denomina “territorialização do capital monopolista” e “monopolização do território pelo capital” (p.42). No primeiro caso o capital tem todos os elementos para a sua plena reprodução, que permeia entre a expulsão dos camponeses, muitas vezes velada, e esses sujeitos deslocam-se para as cidades, ou retornam ao campo enquanto assalariados; no segundo caso, trata-se de uma reprodução bem mais velada de relação de dominação, isso porque o capital por meio de discursos hegemônicos cria, recria, define ou redefine as formatações de como, o quê, e para quê, o campo irá produzir, e nesse processo como se configurará o trabalho familiar. Não há, de fato, uma expropriação dos camponeses da terra, a permanência é garantida junto com a sua existência, porém, às

vezes sem a percepção de que perdem total, ou parcialmente, a autonomia do processo produtivo em sua própria terra.

Sob o mesmo viés interpretativo do autor supracitado, Sposito (2010) em análise da “unidade dialética” já aclarada anteriormente, porém a partir da cidade, também sinaliza que parte dos estudos realizados no desvendamento dos espaços urbanos tendem a diferenciá-los do espaço rural por meio dos atributos que os caracterizam, e que essa opção metodológica e ideológica contribui, de certa forma, no fortalecimento da ideia da existência de um “antagonismo” entre essas duas dimensões espaciais da reprodução social da vida.

No caso desse atributo, a oposição *cidade x campo* (para designar a cidade *versus* o campo) aparece como pano de fundo para a análise, ou seja, a cidade é o que o campo não é. As diferenças entre esses espaços é o que os distingue e os define (SPOSITO, 2010, p. 113, grifo da autora).

O uso considerável dos dados demográficos populacionais para se caracterizar espaços rurais e urbanos, numa perspectiva quantitativa, também se desdobra na compreensão do que vem a ser a urbanização. Essa por sua vez, reduzida à dinâmica populacional no espaço, e sendo utilizada enquanto elemento caracterizador da cidade e do campo, impossibilita avançar nas análises inerentes a articulação existente entre essas duas dimensões de reprodução socioespaciais (SPOSITO, 2010).

É importante salientar, que se compreende a urbanização como um processo que assume no modo de produção capitalista determinadas especificidades inerentes ao nível de desenvolvimento do sistema capitalista e que concomitante à urbanização a industrialização trouxe transformações não somente para as cidades, mas para a sociedade como um todo.

Singer (1973), afirma que pensar na urbanização em uma sociedade que se industrializa significa investigar qual o papel das classes sociais nesse contexto para não incorrer no erro de compreender a urbanização como um processo autônomo, o que pode levar a perda do seu sentido principal para o conjunto da sociedade. O processo de industrialização implica também numa ampla mudança de atividades e pessoas do campo para as cidades. No capitalismo esse processo ocorre em direção apenas a algumas regiões do país, o que ocasiona no esvaziamento das demais.

Essas transformações refletem na divisão técnica e social do trabalho entre cidade e campo, pois o processo de urbanização provocou mudanças significativas na organização do trabalho. Os grandes movimentos de trabalhadores do campo que foram destituídos de

seus meios de produção para as cidades se orientavam pela lógica capitalista que precisava de força de trabalho excedente na cidade para constituir o exército industrial de reserva. Essa mesma lógica se repetia entre diferentes regiões de um mesmo país, pois para o capital era interessante o deslocamento da força de trabalho disponível em direção às regiões onde as indústrias seriam instaladas.

Pequenos municípios, como o de Belo Campo, têm no seu histórico uma intensa relação campo-cidade claramente demonstrada pela mobilidade entre esses dois espaços e pela intensa precarização do trabalho. Os camponeses, desapropriados de seus meios de produção, diante do trabalho desvalorizado e da forte propagação da ideologia da cidade como o sinônimo de “desenvolvimento”, tenderam a largar sua terra e ir viver na área urbana, bem como em outros estados. Dados¹ apontam que, enquanto a população rural diminuía no município, aqueles que continuavam a residir no campo enfrentavam problemas relacionados ao acesso a serviços básicos de saúde, educação, transporte e energia elétrica, além das precárias condições de trabalho dos camponeses.

Sposito (2010) esclarece que analisar o campo e a cidade para além da concentração demográfica, é, um adensamento de bens e serviços, estruturas, valores e ideias, por isso, focar somente nos dados quantitativos restringe o entendimento da dimensão cidade-campo numa perspectiva sintética de explicação, a qual a definição de uma é inversamente a condição da outra.

Assim, ao considerar o campo e cidade como um par dotado em si de dialética, e não antagonismo, entende-se que nos meandros de suas configurações estão as relações que o diferencia e que também o complementa, concomitantemente. A diferenciação social dos espaços em discussão, apresenta-se tanto para o campo, como para a cidade, mas, porém, numa perspectiva de se compreender esses espaços da vida a partir da política, economia e cultura. Ou seja, na diferenciação social do campo e da cidade o que se tem é

[...] a compreensão de um em suas relações com o outro; o foco está, assim, na compreensão da dinâmica que os articula e do processo que os engendra, o que exige não apenas a apreensão de fatos, mas uma teoria, no âmbito da qual os conceitos de urbano e rural constituem-se em ferramentas fundamentais para se compreender cidade e campo (SPOSITO, 2010, p.115-116).

O urbano e o rural é a dimensão do cotidiano, das relações entre os sujeitos, entre esses e a natureza, num processo de construção e configuração socioespacial. Trata-se do

¹ Consultar Moreira (2018).

modo de vida desses sujeitos, o conteúdo por eles produzidos, porém, deve-se salientar, que também é passível de intervenções externas, sejam elas política, econômica e/ou cultural.

Conforme aponta Souza (2008), o intenso processo de reestruturação das forças produtivas tem no discurso do antagonismo entre a relação cidade-campo, a estratégia perfeita de difusão da vida urbana enquanto sinônimo do que é “moderno”, e o campo brasileiro enquanto o *locus* do “atraso”, um modo de vida ultrapassado. E ao analisar a realidade brasileira, a concepção supracitada é embasada em um contexto político e econômico que engendrou relações estruturantes, até então existente, como elucida a autora:

[...] Após a Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro passa a criar todas as condições para a expansão capitalista investindo em uma política efetiva de industrialização, fato que se concretiza a partir da década de 1950. Tal política é então acompanhada de um acelerado processo de urbanização, por meio do qual verifica-se a ascensão do urbano enquanto modo de vida, o que representa a condição de “moderno”, em detrimento do campo, que passa a ser visto como “atrasado”, sinônimo de “subdesenvolvido” [...] (SOUZA, 2008, p.255).

E, mais uma vez, faz-se salutar compreender que o antagonismo difundido entre a relação cidade-campo e campo-cidade, se insere como uma combinação dentro do sistema das contradições inerente ao modo de produção capitalista. O campo, assim como as práticas agrícolas são alvos de depreciações, e o não investimento nos setores alimentícios também tem sua racionalidade dentro do sistema.

Conclusões

A cidade e o campo com os seus conteúdos são para os sujeitos, espaços de reprodução da vida imbricados em significados para além das materialidades que lhes dão forma. Por isso, a contribuição dos autores aqui mencionados na maturação da “unidade dialética” e espacial dessas duas dimensões, ratifica que, pautar a análise sob procedimentos metodológicos de perspectiva positivista não dá conta de entender as vicissitudes que permeiam a configuração do campo e da cidade, bem como as relações engendradas entre si, sejam elas conflituosas ou não.

A urbanização agregada à industrialização ocorreu de maneira distinta e teve rebatimentos diferentes em amplas dimensões do território brasileiro. Trouxe

transformações econômicas e sociais que mudaram o rearranjo espacial do país desde os pequenos municípios até as grandes metrópoles e demarcou o início de um novo período de acumulação do capital que modificou as relações campo-cidade. Sua expressão mais recente do início do século XXI requer uma leitura mais aguçada e que dê conta de explicar a atual fase de reestruturação do capital que se revela nas microescalas da reprodução da classe trabalhadora e no aguçamento da exploração da força de trabalho.

As transformações latentes no mundo do trabalho, no contexto atual, com base na flexibilidade é uma realidade que enfraquece as lutas dos trabalhadores e desarticula os movimentos. A atual conjuntura após a retomada do poder no Brasil de um governo neoliberal faz recuar as poucas ações existentes para os camponeses e as relações de trabalho pautadas na profunda precarização, tendem a se ampliar e refletir o emaranhado de amplas transformações do contexto atual de reestruturação produtiva do capital.

Referências

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo/SP: Editora Escala, 1984.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 2013.

LEFEBVRE, H. Cidade e Campo. In: **O Direito à Cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG. 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 1 ed. Moraes. São Paulo: Editora Moraes. 1991.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21ª ed. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

MOREIRA, S. O. **Mobilidade e plasticidade do trabalho:** a reprodução da vida dos trabalhadores no município de Belo Campo/BA. 2018, 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018.

MOREIRA, S. O.; SANTOS, J. L. de J. Mobilidade e plasticidade do trabalho: reflexões teóricas. **Pegada** (UNESP Online), v. 19, p. 319-346, 2019.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no século XXI: território de vida e de concentração da justiça social.** São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. In: **Revista Pegada,** Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 07-25, 2006.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, S. T. Relação Campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: FERLIM, D. M. L.; HENRIQUE, W. (org). **Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de caso.** Salvador/BA. Publicações SEI, 2010, P. 195-207.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. São Cristóvão, 2008.

SPOSITO, M. E. B. “A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade”. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111-130

ROTTA, J. H. Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade. In: **Anais do II Encontro Nacional de Economia Política.** PUC/SP, 27 a 30 de maio de 1997, p. 459-477. Tradução de Javier González-Pueyo.

THOMAZ JUNIOR, A. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho. Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil. In: **Revista Pegada,** v 07, n. 1, p. 07- 40, 2006. Disponível em:< <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf900/classe-trabalhadora-brasil/classe-trabalhadora-brasil.pdf>>, acesso em 11 de jun. 2017.

Sobre as autoras (Informações prestadas pelas autoras)

Silmara Oliveira Moreira

Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2018), Especialista em Análise do Espaço Geográfico - UESB (2014). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia - UESB (2011).

Eliane Pereira Almeida Vale

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB; Especialista em Docência na Educação Superior pelo Centro Universitário Claretiano. Graduada em Licenciatura plena em Geografia pela UESB.

Como citar esse artigo

MOREIRA, S. O. VALE, E. P. A.; As transformações campo-cidade frente à mobilidade do trabalho: uma análise a partir da realidade de Belo Campo/BA. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 79-95, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.7011

Recebido em: 2019-11-21

Devolvido para correções: 2019-12-17

Aceito em: 2019-12-25